A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO COMO ESTRATÉGIA DE LUTA E RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO VELAME

Mailan de Oliveira Lima
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-2204-7322
Endereço eletrônico: mailanbelo@gmail.com

Miriam Cléa Coelho Almeida
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2662-4466
Endereço eletrônico: miriam.coelho@uesb.edu.br

Palavras-chave: território quilombola; mobilidade; força de trabalho; resistência

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar a mobilidade da força de trabalho da população quilombola como uma estratégia de luta e de resistência para garantir a reprodução de suas vidas. É um desdobramento de pesquisa de mestrado em andamento que trata do avanço do Estado e do capital nos processos de trabalho e reprodução da vida das famílias quilombolas do Território do Velame. Este território está localizado no distrito de Veredinha, município de Vitória da Conquista-BA, nele a população quilombola possui uma relação com a terra que ultrapassa sua função produtiva, constituindo elemento fundamental para a sua manutenção e se configura em uma estratégia de resistência historicamente construída por essas famílias.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil em 2022, tinha-se uma população quilombola residente de 1 330 186 pessoas, representando, percentualmente, 0,66% da sua população brasileira. Desse universo das pessoas quilombolas, apenas 12,61% residem em Territórios Quilombolas Oficialmente Delimitados e, 1 162 417 (87,39%) das pessoas quilombolas estão vivendo fora das terras formalmente delimitadas e reconhecidas, ou seja, a maioria dos quilombolas não vive nos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados pelo Estado (IBGE, 2023).

Além disso, das grandes regiões brasileiras, o Nordeste é que possui o maior número absoluto de quilombolas vivendo em territórios reconhecidos, 89 521 pessoas (53,36%), seguido da Região Norte, com um total de 52 249 (31,14%) pessoas quilombolas. Porém, o Norte apresenta a maior proporção de sua população quilombola vivendo nessas áreas 31,23% dos quilombolas que vivem em territórios reconhecidos, posteriormente, o Centro-Oeste com 16,02% e o Sul com 13,21%. Esse quadro chama atenção para as diferenças regionais no processo de reconhecimento e regularização de terras quilombolas.

Quanto às unidades da federação, mesmo sendo a que apresenta a maior quantidade de pessoas quilombolas em valores absolutos, 397 502 de pessoas, o que corresponde a 29,88% da população quilombola recenseada, a Bahia é o Estado com mais pessoas quilombolas vivendo fora dos quilombos oficializados. Essa tendência é repetida em Vitória da Conquista, pois é o décimo município em valor absoluto do país com mais pessoas quilombolas vivendo dentro de seus limites administrativos 12 057 pessoas, contudo, 11 910 destes estão morando fora de Territórios Quilombolas, o equivalente a 98,78% (IBGE, 2023).

Isso significa que 87,39% da população quilombola brasileira ainda não teve seu direito a terra plenamente garantido por meio da titulação definitiva das terras, o que demostra a complexidade e a morosidade nos processos jurídicos.

A demora nos processos de oficialização dos territórios quilombolas, somada às precárias condições de existência dessa população agravam os problemas enfrentados pelos quilombolas. Os dados do IBGE (2023) mostram que 90,02% dos moradores quilombolas residentes em Territórios Quilombolas oficialmente delimitados lidam com algum tipo de debilidade no saneamento básico, enquanto 18,99% dos quilombolas com 15 anos ou mais eram analfabetos (IBGE, 2023).

Esses dados demonstram que a garantia de direitos sociais básicos permanece como um desafio mesmo para a população quilombola que já tiveram suas terras oficialmente delimitadas. Assim, a mobilidade da força de trabalho tem representado uma das poucas alternativas para a garantia de sua sobrevivência.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, pautada no materialismo dialético e na totalidade concreta de Kosik (1976), para se entender o real concreto. A análise do território quilombola apoia-se nas contribuições de Oliveira (1999) e Almeida (2026), que compreendem o território como produto das relações sociais e das disputas entre classes e, especificamente, os territórios quilombolas à luz da categoria totalidade. No que se refere aos territórios quilombolas, dialoga-se com Moura (2021) e Fiabani (2008), cujas análises evidenciam os processos históricos de resistência da população negra e os desdobramentos da Constituição de 1988 para a população quilombola. A mobilidade da força de trabalho é abordada a partir das formulações de Gaudemar (1977) que a entende como essencial para a dinâmica do capital, ao transformá-la em uma mercadoria móvel, sujeitada a deslocamentos espaciais, condicionados pelas necessidades da acumulação do capital.

Também está sendo realizado o levantamento e análise de documentos e dados primários e secundários. O trabalho de campo está em curso, já foram realizadas observações em locais específicos, registros fotográficos e aplicação de questionários com representantes das famílias no Território do Velame e entrevistas com ex-secretário de agricultura e coordenação de igualdade social do município de Vitória da Conquista - BA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos durante o trabalho de campo evidenciam uma forte relação das famílias do Território Quilombola do Velame com a terra. Tal relação não se restringe à sua função produtiva, mas está associada às condições objetivas de reprodução da vida, uma vez que é por meio dela que se desenvolvem atividades capazes de garantir a subsistência familiar e a permanência no território.

As observações realizadas e os questionários aplicados indicam ainda que a reprodução da vida no território não ocorre de forma isolada das transformações mais amplas do mundo do trabalho. Em determinados casos, a permanência das famílias no Velame é articulada a processos de mobilidade da força de trabalho jovem, os quais, buscam atividades remuneradas fora do território sem que isso represente o rompimento de seus vínculos com a terra. Conforme Almeida (2026), a população quilombola, mesmo de forma precária, tem

vendido a sua força de trabalho fora do quilombo, como uma estratégia para garantir a reprodução de suas vidas, pois a saída temporária para trabalhar em outros lugares tem criado as condições de permanência no quilombo. No Velame muitas mulheres realizam trabalhos na sede municipal como diaristas e os homens também vendem sua força de trabalho em diferentes empresas de serviços gerais e da construção civil.

Sobre esse processo, Gaudemar (1977) argumenta que a força de trabalho possui uma característica específica que nenhuma outra mercadoria possui: que é a capacidade de levar a si mesma ao mercado. Entretanto, para vender essa mercadoria, o trabalhador depende de encontrar alguém disposto a comprar sua força de trabalho e por não possuir os meios de produção, se vê obrigado a se deslocar e adaptar-se às exigências do capital. Cria-se então uma "liberdade" parcial, pois o trabalhador é "livre" para vender sua força de trabalho onde e como quiser, mas se ver obrigado a aceitar as condições oferecidas pelo mercado de trabalho, pois só lhe resta comercializa-la para conseguir o seu sustento ou morrer de fome, pois na sua condição de trabalhador se encontra apartado dos meios de produção.

Assim, a mobilidade não representa uma escolha autônoma, mas uma exigência da acumulação capitalista, que permite ao capital acessar trabalhadores vulnerabilizados e dispostos a vender sua força de trabalho sob condições frequentemente precárias. Os territórios quilombolas são, nesse sentido, um espaço de reserva dessa força de trabalho a ser acionada sempre que for interessante para a acumulação capitalista.

CONCLUSÕES

Os resultados preliminares permitem observar que a permanência das famílias no Território Quilombola do Velame não elimina as pressões exercidas pelo capital. Embora a terra permaneça como elemento fundamental para a reprodução da vida, ela nem sempre é suficiente para atender às necessidades materiais das famílias, o que leva parte de seus membros a buscar fontes complementares de salário fora do quilombo. Tal realidade evidencia que os territórios quilombolas não estão à margem das dinâmicas do mundo do trabalho.

Assim, a análise do território quilombola do Velame revela a coexistência entre práticas vinculadas à permanência no território e processos de inserção no mercado de trabalho fora do quilombo, os quais evidenciam as contradições que marcam a reprodução da

vida e sua inserção na dinâmica de reprodução e ampliação do capital. A mobilidade da força de trabalho é, então, uma forma de lutar e resistir em seus territórios.

REFERÊNCIAS

FIABANI, A. **Os novos quilombos.** Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008). Tese (Doutorado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2008. 275 f.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** 1. ed. Lisboa: Estampa, 1977.

IBGE. BRASIL. **Censo Demográfico 2022**: quilombolas: primeiros resultados do universo: segunda apuração. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73104>. Acesso em: 15 jul. 2025.

IBGE. **O Brasil Quilombola**: Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, [2023]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/brasil-quilombola/. Acesso em: 14 jul. 2025.

KOSÍK, K. **Dialética do Concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio.

MOURA, C. **Quilombos:** resistência ao escravismo. 5. ed. Teresina: EDUESPI, 2021.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In.: CARLOS, A. F.A.; DAMIANI, A. L.; OLIVEIRA, A. U. *et al.* (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-107.